



ENTREVISTA
GÊNEROS E SEXUALIDADES NO ENSINO SUPERIOR

RONEY POLATO DE CASTRO

1. Em tua trajetória como pesquisador da área de gênero e sexualidade como vens percebendo o debate dessas temáticas no ensino superior?

R.: Ao passar pela pós-graduação, no mestrado e no doutorado, construindo processos de investigação que tinham como foco a formação docente (inicial e continuada), pude perceber como as/os profissionais da educação faziam certas denúncias em relação ao ensino superior. Primeiro, denunciando o que interpretavam como um hiato, alguns/mas diriam até uma falha ou uma ausência, entre a formação na universidade e o cotidiano da sala de aula, argumento utilizado para justificar uma série de dificuldades em lidar com as sexualidades e gêneros no contexto escolar. Segundo, denunciando uma formação que invisibilizava debates no campo dos estudos de gênero e sexualidade ou contribuía para reiterar narrativas hegemônicas. Ao prosseguir com essa discussão que tangencia o ensino superior, pude observar que o que chamamos de estudos de gênero e sexualidade, apesar de plural e multifacetado, restringia-se ao esforço de determinadas/os docentes cujo interesse recaía sobre esses estudos a partir de trajetórias pessoais de militância política e acadêmica. A presença/ausência de disciplinas que tratam diretamente desses estudos pode ser indicativo desse esforço: frequentemente, a defesa da importância de uma discussão qualificada das questões de gênero e sexualidade é encampada por quem tem nelas uma história de pesquisa e militância acadêmica. Além das disciplinas, a ação dessas/es docentes reverbera em projetos de extensão, de iniciação científica, em pesquisas, eventos e publicações que vêm contribuindo, sobremaneira, para constituir esse campo de estudos. Portanto, há que se considerar que a formação produzida no ensino superior não se restringe aos currículos das disciplinas, mas se expande em todas essas ações, incluindo outras, como

o movimento estudantil, os coletivos universitários feministas e LGBTQ+, entre tantas outras iniciativas.

Nos últimos anos, venho acompanhando o esforço de uma reação contra esses estudos, que se fortalece no debate público e que invade as universidades, exigindo dela um posicionamento mais claro. A visibilidade que o debate público produziu, a exemplo dos enfrentamentos que recentes polêmicas geraram (veja, por exemplo, o pânico político-religioso da ideologia de gênero e o ataque conservador à educação pública, representado pelo programa escola sem partido) vem afetando nossas ações na universidade. Tomando como exemplo as ações que o GESED (grupo de estudos e pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade) vem desenvolvendo junto às escolas públicas, temos percebido um declínio no envolvimento das escolas e seus/suas profissionais, um aparente desinteresse que também interpretamos como desencorajamento e intimidação a que vem sendo submetidos/as esses/as profissionais ao pensar na possibilidade de abordar questões de gênero e sexualidade. Nosso trabalho no ensino superior vem se afirmando na retorno a um debate que pensávamos estar, digamos, adiantado. Precisamos, mais do que nunca, voltar a falar da relevância dos estudos de gênero e sexualidade para problematizar a cultura, a história e as relações sociais, tendo em vista a possibilidade de uma sociedade democrática, igualitária, inclusiva, justa, e todos os outros elementos que carecem, urgentemente, de nosso olhar mais suspeito e problematizador.

2. Quais acontecimentos e/ou políticas educacionais destacarias como relevantes para inserção de disciplinas sobre gênero e sexualidade no ensino superior?

R.: Podemos dizer que a discussão sobre gênero e sexualidade no ensino superior sempre existiu, já que, ao pensar na política, na economia, na sociedade estamos tratando de gênero e sexualidade, bem como de outras categorias. O campo da educação foi se tornando cada vez mais permeável a um debate que outros campos das ciências humanas e sociais já vinham produzindo. Nesse sentido, somos herdeiros/as desses campos ao produzirmos nossas ações de ensino, pesquisa e extensão. Posso destacar, no âmbito das políticas educacionais, a publicação, na década de 1990, do volume Temas Transversais, integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que trouxe para a cena educacional o debate da chamada Orientação Sexual. Seus efeitos ainda podem ser sentidos, já que essa publicação continua a ser lembrada e mencionada

como importante elemento de direcionamento – não sem problemas, é claro – para as escolas. Tal documento, tributário de estudos especialmente da Psicologia, foi disparador de uma série de iniciativas escolares que, por sua vez, se tornou alvo de investigações e discussões no ensino superior. As escolas e seus/suas profissionais passaram a demandar da universidade uma formação para tentar lidar com algo que não era propriamente novo – afinal, as demandas para as discussões de gênero e sexualidade vinham e continuam vindo, principalmente, das crianças e jovens – e, por outro lado, alguns/mas estudiosas/os e pesquisadoras/es passaram a lançar um olhar mais crítico sobre os contextos escolares no que diz respeito ao que chamam de educação sexual e ao modo como nesses contextos se produziam violências e exclusões de sujeitos dissidentes de normas de gênero e sexualidade. Muitas orientações curriculares em estados e municípios brasileiros, ao se inspirarem nos PCN e em seus Temas Transversais, foram incorporando, mesmo que timidamente, a necessidade de um debate nas escolas e na formação docente. Outro marco que considero relevante foi a proposição do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, que incluiu propostas para as políticas educacionais e impulsionou a incorporação desse debate à então SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), do governo federal, responsável pelo fomento a inúmeras ações de formação docente e produção de materiais didáticos a partir de editais que financiavam tais ações. Devo mencionar também o projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE), encampado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres que, a partir de 2006, levou para grande parte do Brasil discussões sobre gênero e sexualidade, através das universidades. Foram iniciativas que eu acompanhei através do que a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) vinha propondo, em parceria com o movimento social e com a secretaria municipal de educação, em cursos como “Lidando com as Homossexualidades”, o próprio GDE, do qual fui tutor, o projeto “Tecendo Gênero e Diversidade Sexual nos currículos da Educação Infantil” (parceria entre grupos de cinco universidades – UFLA, UFJF, USP-leste, Unicamp e UFMS) dentre tantas outras ações. Todas essas iniciativas estão envolvidas com o fomento ao debate nas universidades a partir dos estudos de gênero e sexualidade, as quais impactam o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, a oferta de disciplinas, especialmente para os cursos de Pedagogia e outras licenciaturas, foi impulsionada por essas redes de ações.

3. Quais movimentos tens buscado realizar para a inserção dessas temáticas no ensino superior?

R.: Particularmente, desde que iniciei minha trajetória como docente no ensino superior, tenho buscado fomentar a discussão de gênero e sexualidade, seja nas disciplinas que ministro para a formação inicial de professoras e professores, como Saberes Escolares, Metodologia do Ensino e Estágios Supervisionados, seja com a oferta de uma disciplina específica sobre tal discussão, intitulada Gênero, Sexualidade e Educação. Para além dessas práticas em disciplinas, junto com meu grupo de pesquisa – o GESED, temos fomentado ações de estudo, de extensão, de treinamento profissional – especialmente junto às escolas, na formação em contexto, e em cursos com profissionais da Educação Básica -, de iniciação científica e de realização de eventos – a exemplo de iniciativas internacionais como a organização do VI Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do VIII Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH (Associação Brasileira de Estudos da Homocultura) e de outras mais locais, como as atividades durante o mês de combate à LGBTTIfobia na UFJF, que vem dando maior visibilidade ao tema nos últimos cinco anos. Atualmente, estamos também envolvidos/as com um projeto para formação dos movimentos estudantis universitários – Diretório Central e Diretórios dos cursos de licenciaturas – para as relações de gênero e sexualidade, apostando na atuação dessas/es estudantes junto aos seus cursos, às escolas e a outras instituições da cidade.

Quero destacar também uma iniciativa que temos apoiado, que é a de discutir as violências de gênero vividas por mulheres no contexto universitário. Em 2018 foi fundado o Coletivo Marielle Franco, formado por professoras, estudantes e profissionais da UFJF para acolher denúncias de violências e fomentar ações de enfrentamento a elas. Esse é um movimento importantíssimo que tem levado para a universidade a necessidade de discutir e combater as dinâmicas de violência contra as mulheres dentro e fora do *campus*. Nesse sentido, buscamos apoiar as ações desse coletivo, que vêm tendo uma importante atuação na UFJF.

4. Estamos vivendo um momento de ofensiva antigênero que visa a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero e sexualidade. Que resistências tens percebido nas ações que realizas junto à universidade ou em outros espaços educativos?

R.: Temos acompanhado o debate no país e mais especificamente em Juiz de Fora, onde há claramente uma ofensiva organizada por lideranças políticas e religiosas da cidade, contrárias ao que se chama de ideologia de gênero. Temos percebido, como disse anteriormente, uma diminuição do aceite das escolas aos nossos convites para ações formativas, muito em função das polêmicas articuladas por esses agentes políticos e religiosos. Merece destaque as notas de repúdio produzidas pela Câmara de Vereadores da cidade à UFJF em duas ocasiões específicas. Primeiro, quando discutíamos a proposição do uso do banheiro por pessoas trans em toda a universidade – o que gerou fortes reações contrárias, discursos inflamados e até ameaças virtuais a então pró-reitora de ações afirmativas. Segundo, quando a Secretaria de Comunicação da universidade gravou um programa intitulado “Hora do lanche”, cujo apresentador era um estudante do curso de Artes Visuais e artista *drag queen*, com as crianças do Colégio de Aplicação João XXIII. A *drag* Femenino conversou com as crianças, agitou o cotidiano da escola e gerou uma feroz reação dos conservadores, sendo chamada de promotora da ideologia de gênero, com respaldo da escola e da universidade. As campanhas que a UFJF vem produzindo, muitas delas com apoio do grupo GESED, também fomentam debates acalorados. Entendemos que as resistências fazem parte do processo, afinal, estamos disputando projetos de sociedade e narrativas de mundo. Porém, destacamos que esses jogos de verdade produzem efeitos que incidem diferentemente sobre os lados nesse “cabo de guerra”. Estamos falando de sujeitos que vêm sofrendo ameaças, discriminações, violências, que vêm sendo excluídos e silenciados nos seus direitos. Assim, tais ofensivas antigênero têm efeitos sobre as vidas desses sujeitos, sobre o debate acerca das violências vividas por mulheres e sujeitos LGBTQ+. Observamos um retrocesso no que se refere a direitos conquistados e a aspectos que julgávamos muito avançados, como a relevância das abordagens de gênero e sexualidade nas escolas e nas universidades. Os movimentos dos grupos conservadores nos últimos anos, que se acirraram especialmente com as discussões em torno do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, representam tentativas de frear, impedir e/ou diminuir a permeabilidade social e cultural às transformações produzidas pelos movimentos sociais feministas e LGBTQ+ e pelo avanço nos estudos de gênero e sexualidade em diferentes áreas de conhecimento.

5. Na universidade, tens ministrado na graduação a disciplina “Gênero, sexualidade e educação”. Poderias compartilhar com os/as leitores/as como a

disciplina vem sendo desenvolvida? Que potencialidades e desafios tens enfrentado nesse processo?

R.: A trajetória de trabalho nessa disciplina se confunde com a minha trajetória docente no Ensino Superior. Eu iniciei a oferta quando eu atuei como professor substituto, em 2009. Desde então, hoje como professor efetivo, venho oferecendo semestralmente a disciplina para o curso de Pedagogia e para estudantes de outros cursos que se interessam pela discussão – já tive estudantes de Geografia, História, Psicologia, Direito, Artes Visuais, Enfermagem, Biologia, Letras. A disciplina tem como objetivo apresentar uma discussão introdutória aos estudos de gênero e sexualidade em interface com a educação, o que contempla questões como as relações de gênero, as violências de gênero e contra pessoas LGBTQ+, violências sexuais contra crianças e jovens, as identidades sexuais, a atuação dos movimentos sociais, a cultura feminista e LGBTQ+ a partir de diferentes artefatos culturais, as relações entre gênero, sexualidade e religiões cristãs, além de entrar na discussão propriamente da educação escolar, em como a escola e as políticas educacionais vêm lidando com essas questões, de que modos esse trabalho pode ser realizado e como o debate público contemporâneo vem afetando essa abordagem escolar. O trabalho com a disciplina envolve diferentes ações, que variam a cada semestre, dependendo do perfil da turma. Durante alguns anos trabalhei com a produção de diários de bordo, em que as/os estudantes narravam suas trajetórias de problematização junto à disciplina. Foi um importante trabalho, o qual, inclusive, tomei como objeto de investigação no meu doutorado. Também venho trabalhando com a produção de narrativas em outras atividades, especialmente a partir de filmes, mas também em entrevistas com docentes da Educação Básica e com estudos de caso, nos quais as/os estudantes escolhem uma questão que consideram instigante e se debruçam sobre ela a partir dos referenciais que a disciplina apresenta.

A disciplina também traz alguns desafios e questões a pensar sobre a formação na universidade. Trata-se de uma disciplina eletiva, que não é obrigatória para todas/os as/os estudantes, o que indica limitações no alcance desse debate na formação docente inicial. Desse modo, é sempre preciso fazer a defesa dessa discussão numa Faculdade de Educação, a cada semestre, argumentando sobre a relevância dela para essa formação. Especialmente nos últimos anos, com a perseguição às discussões de gênero e sexualidade e, por conseguinte, o desencorajamento das escolas em realizar tais discussões, reafirmar a importância desse trabalho é crucial, entendendo que a disciplina é parte de uma rede formativa que está intimamente relacionada a outras ações com as

quais as/os estudantes se envolvem, nos projetos de extensão e iniciação científica, nos eventos acadêmicos, nos coletivos e nos movimentos estudantis, entre outras.

6. Sabemos que tens pesquisado narrativas de estudantes cujo gênero e sexualidade são discordantes do modelo hetero-cis-normativo. Que efeitos essa pesquisa tem produzido no espaço acadêmico?

R.: No doutorado, problematizei a formação docente na universidade, tomando as narrativas de estudantes junto à disciplina Gênero, Sexualidade e Educação como disparadoras de experiências. Naquela época, em função do tema e das questões que a disciplina fomentava, comecei a perceber a presença de estudantes LGBTQ+ e seus relatos apresentavam um componente que me chamava a atenção: o fato de estar na universidade vinha representando, para muitas/os, a possibilidade de viver os gêneros e sexualidades de modos distintos daqueles vividos até então. Acionava-se a ideia de liberdade para falar dessas experiências. Continuei a observar isso na minha atuação docente e nas várias outras ocasiões em que eu tinha a oportunidade de discutir essas questões com estudantes universitárias/os. Comecei a relacionar essa questão com as problematizações que vinha fazendo acerca do lugar da universidade no fomento ao debate sobre gênero e sexualidade, o que me conduziu a querer investigar um pouco mais dois aspectos: primeiro, narrativas de estudantes LGBTQ+ da UFJF sobre experiências de gênero e sexualidade no ensino superior, problematizando pertencimentos identitários, vínculos com ações na universidade, violências e outros aspectos; segundo, como pensar o ensino superior a partir dessas narrativas. A pesquisa está em fase inicial de construção de dados, estamos realizando grupos focais e entrevistas. O que foi possível notar até o momento é que a especificidade dessas experiências de gênero e sexualidade no ensino superior passa por uma ligação entre a construção de pertencimentos identitários, anterior à entrada na universidade, com vivências específicas nesse espaço, como àquelas ligadas às disciplinas, projetos, eventos, coletivos entre outras. Temos ainda muito a problematizar.

7. Coordenas a Especialização “Relações de Gênero e Sexualidades: perspectivas interdisciplinares” na UFJF. Qual é a importância de ter um espaço de formação de pós-graduandos/as nessa área?

R.: O curso de especialização, o qual supomos ser o primeiro na Universidade Federal de Juiz de Fora que discute essas questões, engloba docentes que atuam no

ensino, na pesquisa, na extensão e na militância acadêmica no campo das relações de gênero e sexualidades. Tais docentes estão vinculadas/os a diferentes unidades acadêmicas da universidade e a diferentes campos de pesquisa, como Educação, Antropologia, Filosofia, Educação Física e Turismo. Estamos na primeira versão do curso e a composição dessa nossa primeira turma acabou por contemplar também áreas distintas, como Psicologia, Direito, Pedagogia, Assistência Social, Jornalismo, Ciência da Religião e Letras, entre outras. A demanda por esse curso surge a partir do meu trabalho junto ao professor Anderson Ferrari, nas várias ocasiões em que nos encontrávamos com docentes da Educação Básica e outras/os profissionais, em contextos de formação continuada. Sentíamos a necessidade e também ouvíamos dessas/es profissionais a importância de que essa discussão pudesse ocorrer de forma mais sistemática e aprofundada, inserindo-as/os nos estudos sobre gênero e sexualidade. Em 2017, iniciamos o convite a colegas que discutem essas questões na UFJF para construir um projeto a ser submetido à pró-reitoria de pós-graduação e compusemos um corpo docente que poderia apresentar visões diversas em torno dos estudos de gênero e sexualidade. Tem sido um desafio ofertar e, sobretudo, manter esse curso. Sabemos que gênero e sexualidade são conceitos em disputa, e não são homogêneos, portanto, cada docente imprime suas perspectivas teórico-metodológicas ao trabalho, o que pode dar a impressão de que não dialogamos. A interdisciplinaridade tem sido outro aspecto desafiante, pois não basta apenas um tratamento interdisciplinar dos temas e conceitos, é preciso que estejamos sempre em diálogo, o que esbarra na sobrecarga de trabalho que os/as docentes acumulam (têm que conjugar as atividades da especialização com tantas outras). Também é objeto de preocupação constante o fato de a turma ser heterogênea em termos de trajetória de estudos e vivências na área, de modo que temos desde pessoas que já estão na pós-graduação (mestrado e doutorado), até aquelas que estão iniciando sua trajetória de estudos. Grande parte da turma é composta por pessoas LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans). Isso também nos traz o desafio de tentar equilibrar a potência da experiência pessoal, da experiência do vivido, com a potência das discussões acadêmicas, de modo a problematizar essas experiências pessoais, algo que nem sempre é tranquilo. Não poderia deixar de mencionar o desafio de manter esse curso em tempos de constantes ataques à educação pública, à universidade pública e aos estudos de gênero e sexualidade, fato que aumenta nossa responsabilidade no fomento a esse debate qualificado e na formação de profissionais que possam atuar com essas questões em diferentes áreas profissionais.

8. A partir das tuas vivências com relação às discussões de gênero e sexualidade na escola e na universidade, quais estratégias consideras importantes e potentes para promoção dessas temáticas na formação de profissionais da educação?

R.: Mais de uma década de trabalho na formação de profissionais da educação para as questões de gênero e sexualidade fez com que nós do GESED pudéssemos identificar modos de atuação que poderiam fomentar essas discussões. Com o passar dos anos, por exemplo, sentimos grande dificuldade das/os profissionais da educação com cursos presenciais de formação continuada. Fomos percebendo um esvaziamento dessas ações, em função da sobrecarga de trabalho que essas/es profissionais têm em seu cotidiano junto às escolas. Desse modo, sem descartar esses cursos, passamos a investir mais na formação em contexto, ou seja, nos dispusemos em ir às escolas, especialmente em reuniões pedagógicas e outros momentos em que essas/es profissionais estavam reunidas/os. Essa também é a possibilidade de chegarmos até pessoas que não costumam se interessar pelos cursos. Em nossas formações, vínhamos notando a frequência de determinado público – extensa maioria eram professoras (mulheres), sendo que os poucos professores (homens), em geral, se identificavam como gays; a maioria das pessoas já estavam, de algum modo, sensibilizadas pelas questões, mais afeitas ao debate. Ir às escolas, portanto, tem nos possibilitado lidar com o desafio de levar o debate para docentes que, até então, não estariam interessados/as, que são resistentes ou avessos a ele. Outra estratégia tem sido a realização de eventos na UFJF, como foi o caso das rodas de conversa promovidas em maio de 2018, tendo como participantes docentes e estudantes de diferentes níveis de ensino. A manutenção de uma disciplina específica na graduação, já citada anteriormente, o curso de especialização e o nosso trabalho na pós-graduação, orientando mestrandas/os e doutorandas/os, também têm sido importantes estratégias de formação.

9. Nos teus estudos podemos perceber a intersecção de gênero e sexualidade com as categorias raça, etnia e religião. Na tua prática pedagógica e de pesquisa como tens suscitado essa discussão?

R.: Em nosso grupo de pesquisa temos tentado nos abrir às possibilidades de problematizar as relações de gênero e sexualidades na constituição de sujeitos e subjetividades, o que nos impele a olhar para essas categorias afetadas por tantas outras.

No caso das discussões interseccionais, isso se dá, especialmente, a partir dos movimentos de pesquisas que nossas/os mestrandas/os e doutorandas/os trazem, por suas trajetórias de vida e experiências prévias e a partir das demandas que as/os estudantes de graduação nos apresentam, fazendo com que esse debate aconteça em sala de aula. Posso citar, por exemplo, uma pesquisa de mestrado que orientei recentemente, em que a mestranda, Iuli do Carmo Melo, ao discutir a apropriação do conceito de cultura de estupro pelo movimento feminista brasileiro contemporâneo, buscou incorporar a perspectiva dos estudos feministas negros para pensar as violências sexuais e de gênero.

No caso da religião, essa tem sido foco de maior atenção desde a conclusão do meu doutorado, quando problematizei a relação das estudantes que participaram da pesquisa com as questões de gênero e sexualidade. Naquela ocasião, as experiências religiosas apareciam como limitadoras do debate, provocando incômodos com as provocações que a disciplina apresentava. Posteriormente, passei a acompanhar as tensões produzidas no debate público quando se tratava do uso de uma discursividade religiosa-cristã para pensar possibilidades de discussão de gênero e sexualidade na educação e na sociedade de forma mais ampla. Esse interesse tem me levado a questionamentos sobre as relações entre experiências religiosas e experiências de gênero e sexualidade, tomando a perspectiva foucaultiana para pensar liberdades e assujeitamentos a certos discursos. Ao entrar nesse debate acabei por me aproximar de colegas que discutem as Ciências da Religião, participando de eventos, bancas de mestrado e doutorado e outras atividades acadêmicas. Também trabalho com uma disciplina que discute religiosidades, educação, gênero e sexualidade no curso de especialização. Tem sido instigante e, ao mesmo tempo, desafiador acompanhar esse debate, tendo em vista os jogos de poder e de verdade que compõem os discursos religiosos que incidem sobre os sujeitos como algo frequentemente inquestionável. Em tempos de conservadorismos, a incidência desses jogos pode contribuir para relações de assujeitamento e violência, o que nos conduz a pensar que as possibilidades de resistências são importantes e ao mesmo tempo cada vez mais desafiadoras.

10. Tens alguma sugestão de sites, livros ou filmes que possam contribuir para discussão de gênero e sexualidade no ensino superior?

R.: Especificamente em relação a essa discussão no ensino superior tenho buscado minidocumentários disponibilizados no Youtube, que trazem narrativas de

pessoas LGBT+ acerca dessa experiência. Posso citar dois: *‘Bichas, o documentário’*, lançado em 2016 e dirigido pelo pernambucano Marlon Parente; e *‘Leve-se para sair’*, lançado em 2012 e realizado pelo Coletivo Lumika, o qual deu origem a uma *websérie* disponível no Youtube. Essa plataforma tem sido um espaço de encontro com muitas produções interessantes. Em relação ao debate sobre relações de gênero e sexualidades, há inúmeros artefatos que contribuem com a discussão. O cinema vem se mostrando profícuo, com produções comerciais e mais alternativas. Lanço mão dos filmes sempre numa perspectiva de produzir experiências com as narrativas fílmicas, o que tem sido uma importante estratégia de formação para fazer pensar. Os filmes que utilizo com mais frequência são *Orações para Bobby*, *Minha vida em cor de rosa*, *Tomboy*, *Histórias Cruzadas*, o documentário *De gravata e unha vermelha*, entre outros. Além dos filmes, em minhas aulas e outras atividades acadêmicas, lanço mão de outros artefatos para disparar ou apoiar discussões, e também para provocar deslocamentos em concepções as quais os sujeitos trazem como comuns, naturalizadas e para deixar pistas, tanto para um trabalho em escolas, como para levar o debate acadêmico a outros lugares, fazendo uma espécie de transposição. Essa tem sido uma demanda para a qual os artefatos culturais podem ser utilizados: disparar modos outros de pensar os gêneros e sexualidades para além do debate acadêmico, transpondo as construções das pesquisas, das teóricas e dos teóricos, para os enlaces com a vida cotidiana e com as experiências dos sujeitos. Os sites da Internet, os grupos e páginas do Facebook, os perfis do Instagram e de outras redes sociais, os Canais do Youtube, as produções audiovisuais (filmes, curtas, propagandas, novelas, etc.), os livros de literatura infantil e as músicas constituem esse arsenal que venho utilizando para provocar os debates. Interessa-me pensá-los não apenas como recursos para discussões, mas como importantes instâncias pedagógicas, que educam para os gêneros e sexualidades.



Roney Polato de Castro é graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas (UFJF), Mestre e Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF, na linha de pesquisa "Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores". Foi professor no Ensino Fundamental durante 13 anos. Atualmente é professor adjunto da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (GESED) (cadastrado no CNPq). Interesses atuais de estudo/pesquisa: educação, sexualidades e relações de gênero; pedagogias culturais de gênero e sexualidade; formação docente (inicial e continuada), sexualidades e relações de gênero; discursos religiosos e sexualidades; diversidades; estudos foucaultianos e estudos pós-críticos em educação.

Revista
Diversidade
e Educação